

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
INTRODUÇÃO	13
PARTE I	
COMENTÁRIOS AO ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL: DOCTRINA E JURISPRUDÊNCIA	
TÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ART. 1º AO 5º)	17
Da adoção do critério de raça	18
Da igualdade de oportunidades	20
Dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos	22
Dos objetivos da República Federativa do Brasil	23
Da vedação ao federalismo brasileiro	23
Dos princípios das relações internacionais	24
Dos conceitos legais	25
Das políticas públicas: universais ou específicas	30
Do dever estatal de garantir a igualdade de oportunidades	32
Nova diretriz político-jurídica	34

Das ações promovidas pelo Estado	35
Da política pública para reparação das distorções sociais	36
Da instituição do SINAPIR	36
TÍTULO II – DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS (ART. 6º AO 46)	37
CAPÍTULO I – DO DIREITO À SAÚDE (ART. 6º AO 8º)	38
Da saúde da população negra	38
Do Sistema Único de Saúde (SUS)	40
Da assistência complementar privada	41
Das ações da PNSIPN	42
Dos objetivos da PNSIPN	43
Da saúde das comunidades quilombolas	44
CAPÍTULO II – DO DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER (ART. 9º AO 22)	46
SEÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	46
SEÇÃO II – DA EDUCAÇÃO	47
Do direito à educação	47
Dos princípios relativos à educação	49
Do ensino da História da África e da população negra	51
Das datas comemorativas	53
Do fomento à pesquisa	53
Do incentivo às instituições de ensino superior	54
Do estímulo às ações socioeducacionais	55
Das ações afirmativas e cotas	55
a) Das cotas	56
b) Dos cursos pré-vestibulares	58
c) Do financiamento	58
d) Do auxílio-transporte	58
e) Do auxílio-moradia	58

Da fiscalização nas ações educacionais	59
SEÇÃO III – DA CULTURA	59
Do reconhecimento da cultura negra	59
Das tradições das comunidades quilombolas	61
Da celebração sobre personalidades e datas comemorativas	62
Da capoeira: patrimônio cultural imaterial	63
SEÇÃO IV – DO ESPORTE E LAZER	63
Do esporte e lazer	64
Da capoeira como desporto	64
CAPÍTULO III – DO DIREITO À LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA E DE CRENÇA E AO LIVRE EXERCÍCIO DOS CULTOS RELIGIOSOS (ART. 23 AO 26)	65
Da liberdade de consciência e crença	65
Da escusa religiosa	66
Do estado laico	68
Da proteção das religiões de matriz africana	70
Da assistência religiosa	71
Das medidas contra a intolerância religiosa	72
CAPÍTULO IV – DO ACESSO À TERRA E À MORADIA ADEQUADA (ART. 27 AO 37)	72
SEÇÃO I – DO ACESSO À TERRA	72
Das políticas públicas para acesso à terra e às atividades produtivas no campo	73
Do financiamento agrícola	75
Da educação e orientação agrícola	76
Da propriedade definitiva às comunidades quilombolas	77
Das políticas públicas de acesso à terra às comunidades quilombolas	81
SEÇÃO II – DA MORADIA	82
Da moradia adequada	83
Do sistema nacional de habitação	85

CAPÍTULO V – DO TRABALHO (ART. 38 AO 42)	87
Do trabalho	81
Da responsabilidade pelas políticas públicas para o trabalho	88
Da implementação das políticas públicas nos setores privado e público	93
a) Setor público	93
b) Setor privado	94
Do crédito à pequena produção e ações afirmativas para as mulheres	95
Da proibição da marginalização da mulher no meio artístico e cultural	95
Da elevação das condições intelectuais e profissionais	96
Do conselho deliberativo do fundo de amparo ao trabalhador (CODEFAT)	96
Da promoção de empresários negros	97
Do turismo étnico	98
Dos cargos em comissão e funções de confiança	98
CAPÍTULO VI – DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO (ART. 43 AO 46)	100
Disposições preliminares	100
Da valorização da herança cultural	103
Da atuação das entidades privadas	104
Da atuação das entidades públicas	106
Da auditoria por órgão público federal	106
Da exceção à participação de negros	106
TÍTULO III – DO SISTEMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – SINAPIR (ART. 47 AO 50)	107
CAPÍTULO I – DISPOSIÇÃO PRELIMINAR (ART. 47)	107
Do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR)	108

CAPÍTULO II – DOS OBJETIVOS (ART. 48)	108
Dos objetivos do SINAPIR	109
CAPÍTULO III – DA ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA (ART. 49 AO 50)	109
Da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR)	110
Dos conselhos de promoção da igualdade étnica	110
Do repasse de fundos aos entes federativos	111
CAPÍTULO IV – DAS OUVIDORIAS PERMANENTES E DO ACESSO À JUSTIÇA E À SEGURANÇA (ART. 51 AO 55)	111
Das ouvidorias permanentes	111
Do acesso à Defensoria Pública, ao Ministério Público e ao Judiciário	112
Da coibição da violência e da discriminação aos negros em diversos setores da sociedade	114
Da tutela dos direitos da população negra em juízo	115
CAPÍTULO V – DO FINANCIAMENTO DAS INICIATIVAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL (ART. 56 AO 57)	117
Do custeio das iniciativas de promoção da igualdade racial	119
Dos modos de custeio	120
TÍTULO IV – DISPOSIÇÕES FINAIS (ART. 58 AO 65)	125
Da implementação e fiscalização das políticas públicas	125
Das alterações legislativas	12
Da entrada em vigor	128
PARTE II	
DA PROTEÇÃO JURÍDICA AOS NEGROS	
Do movimento negro no Brasil	131
Da tutela no ordenamento jurídico brasileiro	136
Da tutela no plano internacional	139

Da natureza jurídica das Convenções sobre Direitos Humanos	140
Da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial	143

PARTE III

INSTRUMENTOS PARA EFETIVAR OS DIREITOS DA POPULAÇÃO NEGRA

Modelos de petições	152
a) Modelo Esquemático de Ação Civil Pública – Juízo Cível	152
b) Modelo Esquemático de Mandado de Injunção Coletivo	155
c) Modelo Esquemático de Mandado de Segurança Coletivo	157
d) Modelo Esquemático de Direito de Petição	160
e) Modelo Esquemático de Ação Ordinária – Justiça Federal	161
f) Modelo Esquemático de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC	163
g) Modelo Esquemático de Reclamação Constitucional	164
BIBLIOGRAFIA	167
ANEXO	171